

---

**Malta Energias  
Renováveis S.A.**  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2019  
e relatório do auditor independente





## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Quotistas  
Malta Energias Renováveis S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Malta Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Malta Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2019 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Malta Energias Renováveis S.A.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

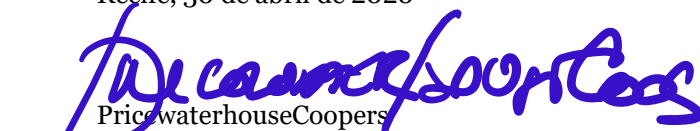
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Malta Energias Renováveis S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 30 de abril de 2020

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Vinícius Ferreira Britto Rêgo  
Contador CRC 1BA024501/O-9

## Malta Energias Renováveis S.A.

### Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

<b>Ativo</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Passivo</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	12.469	14.863	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	3.988	346
Contas a receber (Nota 8)	4.679	2.163	Passivos de arrendamento (Nota 13)	153	
Impostos a recuperar		9	Fornecedores (Nota 11)	6.233	43.563
Adiantamentos a fornecedores	113	72	Salários e encargos sociais	11	1
Despesas antecipadas		70	Obrigações tributárias (Nota 14)	571	212
	<u>17.261</u>	<u>17.177</u>	Dividendos (Nota 16)	1.289	
			Conta de ressarcimento – CCEE (Nota 15)	549	2.699
			Partes relacionadas (Nota 9)	140	1
				<u>12.934</u>	<u>46.822</u>
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	90.221	72.308
Caixa restrito (Nota 7)	3.019	2.190	Passivos de arrendamento (Nota 13)	2.547	
Partes relacionadas (Nota 9)		1.035	Partes relacionadas (Nota 9)	5.348	
Imobilizado (Nota 10)	140.041	139.777	Conta de ressarcimento – CCEE (Nota 15)		799
Intangível	85	88		<u>98.116</u>	<u>73.107</u>
	<u>143.145</u>	<u>143.090</u>			
			<b>Total do passivo</b>	<b>111.050</b>	<b>119.929</b>
			Patrimônio líquido (Nota 16)		
			Capital social	45.218	45.218
			Reserva legal	271	
			Prejuízos acumulados		(4.880)
			Lucros acumulados	3.867	
				<u>49.356</u>	<u>40.338</u>
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>49.356</b>	<b>40.338</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>160.406</b>	<b>160.267</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>160.406</b>	<b>160.267</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Malta Energias Renováveis S.A.

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Operações continuadas</b>		
Receita líquida (Nota 17)	23.331	3.260
Custos de operação (Nota 18)	<u>(6.397)</u>	<u>(1.481)</u>
<b>Lucro bruto</b>	<u>16.934</u>	<u>1.779</u>
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(1.773)	(5.607)
Outras receitas	<u>50</u>	<u></u>
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	15.211	(3.828)
Receitas financeiras (Nota 20)	305	190
Despesas financeiras (Nota 20)	<u>(4.473)</u>	<u>(1)</u>
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>	<u>(4.168)</u>	<u>189</u>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<u>11.043</u>	<u>(3.639)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 21)	<u>(736)</u>	<u>(86)</u>
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<u>10.307</u>	<u>(3.725)</u>
Lucro (prejuízo) por ações do capital social no fim do exercício – R\$	<u>15,95</u>	<u>(8,24)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Malta Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

---

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	10.307	(3.725)
Outros componentes do resultado abrangente	<u>                    </u>	<u>                    </u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u>10.307</u>	<u>(3.725)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Malta Energias Renováveis S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Em 1° de janeiro de 2018</b>	<u>22.794</u>			<u>(1.155)</u>	<u>21.639</u>
Integralização do capital	22.424				22.424
Prejuízo do exercício				<u>(3.725)</u>	<u>(3.725)</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>45.218</u>			<u>(4.880)</u>	<u>40.338</u>
Lucro do exercício				10.307	10.307
Reserva legal (Nota 16)		271	3.867	<u>(4.138)</u>	
Dividendos (Nota 16)				<u>(1.289)</u>	<u>(1.289)</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>45.218</u>	<u>271</u>	<u>3.867</u>	<u></u>	<u>49.356</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Malta Energias Renováveis S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<u>11.043</u>	<u>(3.639)</u>
<b>Ajustes de</b>		
Juros e variações monetárias	4.102	3
Depreciação e amortização	4.449	1.090
<b>Variações de ativos e passivos</b>		
Contas a receber	(2.516)	(2.163)
Impostos a recuperar	9	(9)
Adiantamento a fornecedores	(41)	(63)
Despesas antecipadas	70	397
Contas de ressarcimento - CCEE	(2.949)	3.498
Fornecedores	(37.330)	118
Salários e encargos sociais	10	(1)
Obrigações tributárias	359	159
Passivos de arrendamento	2.700	(15)
<b>Caixa aplicado nas operações</b>	<u>(20.094)</u>	<u>(625)</u>
Juros pagos	(3.555)	(3)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(736)	(86)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<u>(24.385)</u>	<u>(714)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Caixa restrito (Nota 7)	(829)	(2.190)
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 10)	(4.710)	(76.852)
Aquisições de bens do ativo intangível		(5)
Concessão de empréstimos com pessoas ligadas	1.035	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<u>(4.504)</u>	<u>(79.047)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Integralização de capital		22.424
Empréstimos com pessoas ligadas	5.487	(1.140)
Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 12)	24.103	72.654
Contratos de fiança (Nota 12)	(3.095)	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<u>26.495</u>	<u>93.938</u>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos</b>	<u>(2.394)</u>	<u>14.177</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	14.863	686
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	12.469	14.863

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Malta Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 1. Contexto operacional

A Malta Energia Renováveis S.A. (“Companhia”), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 18 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Malta Energia Renováveis S.A. e a geração de energia proveniente do referido empreendimento.

Recebeu o primeiro aporte para suas transações em junho de 2017 e em dezembro de 2017 registrou Ata Extraordinária para abrir a filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento.

O Empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica.

Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Malta Energias Renováveis S.A.

Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da companhia.

A Companhia possui junto à ANEEL através da portaria N° 31 de 1 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

<u>UFV</u>	<u>Estado</u>	<u>Cidade</u>	<u>Potência total MW</u>	<u>Garantia física MW médio</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>
Malta	PB	Malta	27	6,7	1º de agosto de 2017	31 de julho de 2037

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 30 de abril de 2020.

#### a) Contrato de Energia de Reserva – CER

A Companhia firmou, em 14 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R\$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

# Malta Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

#### a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

### 2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

#### (a) ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração na CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

Se a Companhia concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a Companhia deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### (b) CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a partir de 1º de janeiro de 2019)

Introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2), as Companhias reconhecem os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

## **Malta Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

##### **(i) Vida útil econômica de ativos não financeiros**

Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei n.º 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão e as vidas úteis estimadas de cada bem.

##### **(ii) Conta de Ressarcimento – CCEE**

A Conta de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

##### **(iii) Valor justo do passivo de arrendamento**

No reconhecimento inicial os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento são remensurados se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

#### **4. Gestão de risco financeiro**

##### **4.1 Fatores de risco financeiro**

A Companhia teve as suas atividades operacionais iniciadas no exercício de 2018, e desde então implementou a gestão de riscos com o objetivo de auxiliar o acompanhamento e o cumprimento das suas metas, e garantir sua liquidez financeira.

Na estrutura de governança, o Diretor da Companhia, o Comitê administrativo e os Controladores acompanham a execução das operações e definem em conjunto as metas da Companhia.

Seque o mapeamento dos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

## Malta Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**a. Riscos operacionais:** relacionados à eficiência operacional dos ativos e disponibilidade dos sistemas

Plano de Ação: a operação do empreendimento já está contratada e no respectivo contrato constam as devidas coberturas para eventuais riscos operacionais, igualmente para fins ambientais. Além disto, internamente a Companhia mantém o gerenciamento diário da operação e manutenção da Usina Fotovoltaica Malta.

**b. Riscos de mercado:** taxa de câmbio, inflação e taxas de juros;

Plano de Ação: nesta fase de operação e manutenção do empreendimento, já estão contratados todos os prestadores de serviços e seguros necessários, e não existe necessidade e nem previsão de contratação de empréstimos e novos financiamentos, não gerando risco de exposição a taxas de câmbio, juros, etc.

**c. Risco de liquidez:** relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras.

O cumprimento das obrigações junto aos fornecedores e cliente, possuem garantia ativa, capital próprio já foi 100% aportado, e as parcelas de financiamento do empreendimento junto ao banco já foi concluído, valor suficiente para quitação do saldo das obrigações dos Contratos de Implantação do empreendimento. Além disto, a Companhia possui receita fixa mensal suficiente para o pagamento de todas as obrigações previstas em seu fluxo de caixa.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Acima de três anos</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>			
Empréstimos e financiamentos	3.988	5.090	85.131
Fornecedores	6.233		
Partes relacionadas	140	5.348	
Arrendamentos	153	142	2.405
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>			
Empréstimos e financiamentos	346	2.343	69.965
Fornecedores	45.563		
Partes relacionadas	1		

**d. Risco regulatório:**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### 4.3 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia.

## Malta Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve a emissão de notas promissórias bem como operações com derivativos.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019:

	<u>2019</u>
<b>Total dos empréstimos</b>	94.209
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(12.469)
(-) Caixa restrito	<u>(3.019)</u>
Dívida líquida (a)	78.721
Total do patrimônio líquido	<u>49.356</u>
Total do capital (b)	<u>128.077</u>
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	<u><u>61,46</u></u>

#### Estimativa do valor justo

A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixas e equivalentes de caixa, as contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos as eventuais perdas (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

#### 5. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>		
<b><u>Ativos</u></b>		
Caixa e equivalentes de caixa	12.469	14.863
Caixa restrito	3.019	2.190
Contas a receber	4.679	2.163
Partes relacionadas		1.035
	<u>20.167</u>	<u>20.251</u>
<b><u>Passivos</u></b>		
Empréstimos e financiamentos	94.209	72.654
Fornecedores	6.233	43.563
Partes relacionadas	140	1
	<u>103.582</u>	<u>116.218</u>
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Arrendamentos a pagar	<u>2.700</u>	
	<u>2.700</u>	

## Malta Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	8	8
Bancos Conta movimento (i)	8	14.482
Aplicações Financeiras (ii)	<u>12.453</u>	<u>373</u>
	<u>12.469</u>	<u>14.863</u>

- (i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.
- (ii) As aplicações financeiras são referentes a Fundos de Investimento mantidos junto ao BNB e CONTAMAX mantido junto ao Banco Santander, ambos indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação do Banco BNB de curto prazo em 2019 é de 98% do CDI. A taxa média de remuneração da aplicação do Banco Santander de curto prazo em 2019 é de 5% do CDI.

#### 7. Caixa restrito

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco do Nordeste do Brasil S.A	<u>3.019</u>	<u>2.190</u>
	<u>3.019</u>	<u>2.190</u>

A aplicação financeira, classificada no ativo não circulante, com resgate restrito, correspondente a uma conta reserva exigida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. como garantia de financiamento contratado. Os recursos estão aplicados em Fundo de Investimento indexado pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A taxa de remuneração da aplicação em 2019 é de 98% do CDI.

#### 8. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita contratual - Câmara de Comércio de Energia CCEE (i)	4.613	2.163
Get Comercializadora de Energia	<u>66</u>	<u>        </u>
	<u>4.679</u>	<u>2.163</u>

## Malta Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, recebido em um prazo médio de 24 dias. O saldo em dezembro de 2019 refere-se a receita contratual de energia de reserva do mês dezembro de 2019 no valor de R\$ 2.160, a diferença entre a receita contratual e a receita entregue dos meses de agosto, setembro, outubro e novembro no montante de R\$ 1.688 e ao saldo da energia PLD – Preço de Liquidação das Diferenças – no montante de R\$ 765. Os saldos em 31 de dezembro de 2019 foram liquidados em janeiro de 2020.

A Companhia não registrou Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) sobre o montante, tendo em vista que as faturas foram emitidas no mês de dezembro e os vencimentos são no mês subsequente, bem como não há expectativa de perda futura em virtude do histórico de pagamento ou risco de crédito do cliente.

#### 9. Partes relacionadas

<u>Ativo</u>	<u>2018</u>
Angico Energias Renováveis S.A. (i)	<u>1.035</u>
	<u><u>1.035</u></u>

- (i) Refere-se a transferência com Angico Energias Renováveis S.A., Companhia do mesmo grupo econômico para quitação do contrato da Companhia WEG equipamentos em que ambas são responsáveis.

<u>Passivo</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Proton Energy Participações (i)	<u>140</u>	<u>1</u>
	<u><u>140</u></u>	<u><u>1</u></u>
Não Circulante		
Angico Energias Renováveis S.A. (ii)	<u>5.348</u>	<u>          </u>
	<u><u>5.348</u></u>	<u><u>          </u></u>

- (i) Saldo desta conta refere-se a reembolso de despesas de 2019 pagos em janeiro e março de 2020.
- (ii) O saldo dessa conta refere-se a transferências entre as Companhias Malta Energias Renováveis SA e Angico Energias Renováveis SA, para pagamento de valores provenientes do contrato com a Companhia WEG Equipamentos, Contrato único e comum das duas Companhias em virtude da construção e montagem das Usinas Fotovoltaicas, Subestação e Linha de Transmissão, no mesmo local.

## Malta Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 10. Imobilizado

	<b>Gerador Fotovoltaico (i)</b>	<b>Imobilizado em andamento</b>	<b>Direito de uso de arrendamento (ii)</b>	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Subestação de Energia elétrica (iii)</b>	<b>Outras máquinas e Equipamentos</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2018							
Saldo inicial		20.635		17		5	20.657
Aquisições		120.209					120.209
Transferências	124.216	(140.844)			16.628		
Depreciação	(956)			(4)	(128)	(1)	(1.089)
Saldo contábil, líquido	<u>123.260</u>			<u>13</u>	<u>16.500</u>	<u>4</u>	<u>139.777</u>
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	124.216			17	16.628	5	140.866
Depreciação acumulada	(956)			(4)	(128)	(1)	(1.089)
Saldo contábil, líquido	<u>123.260</u>			<u>13</u>	<u>16.500</u>	<u>4</u>	<u>139.777</u>
Em 31 de dezembro de 2019							
Saldo inicial	123.260			13	16.500	4	139.777
Aquisições	1.906		2.754			50	4.710
Transferências							
Depreciação	(3.831)		(95)	(3)	(512)	(5)	(4.446)
Saldo contábil, líquido	<u>121.335</u>		<u>2.659</u>	<u>10</u>	<u>15.988</u>	<u>49</u>	<u>140.041</u>
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	125.166		2.754	13	16.500	54	144.487
Depreciação acumulada	(3.831)		(95)	(3)	(512)	(5)	(4.446)
Saldo contábil, líquido	<u>121.335</u>		<u>2.659</u>	<u>10</u>	<u>15.988</u>	<u>49</u>	<u>140.041</u>
Taxa de depreciação	3,08%		347 meses	20%	3,08%	10%	

## Malta Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Referem-se aos geradores fotovoltaicos que estão sendo depreciados com a taxa de 3,08% de acordo com o prazo de outorga da Aneel que compreende o período de 02/03/2016 a 02/03/2051 a contar do início da operação da usina que ocorreu em setembro de 2018. Em dezembro de 2019 foram contabilizados complementos dos geradores fotovoltaicos que estão sendo depreciados a taxa de 3,19% para que se cumpra o mesmo prazo de outorga da Aneel.
- (ii) Trata-se do direito de uso decorrente dos contratos de arrendamento de terrenos onde está instalado o parque eólico. Os montantes registrados no ativo de direito de uso são amortizados pelo prazo de 347 meses previsto no contrato de arrendamento.
- (iii) Refere-se a subestação de energia elétrica que está sendo depreciada com a taxa de 3,08% de acordo com o prazo de outorga da Aneel que compreende o período de 02/03/2016 a 02/03/2051 a contar do início da operação da usina que ocorreu em setembro de 2018.

#### 11. Fornecedores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Travelers Seguros		79
Inova Energy engenharia		32
Promina Projetos de Mineração		24
Lampatur viagens e turismo		37
Hugo Evangelista	10	14
Weg Equipamentos elétricos S/A (i)	6.222	43.354
Diversos	1	23
	<u>6.233</u>	<u>43.563</u>

- (i) Saldo a pagar referente principalmente a construção da Usina. Foi realizada quitação parcial em fevereiro/2019 e a sua quitação está prevista para acontecer no primeiro semestre de 2020. Em paralelo será realizada a emissão do Certificado de Aceitação do Empreendimento, conforme consta no Contrato de EPC junto a WEG Equipamentos Elétricos S/A. Os recursos provenientes da última parcela de financiamento suportam a quitação dos valores em aberto em 31 de dezembro de 2019, e a receita mensal com geração de energia proveniente do Contrato de comercialização de energia elétrica (CCEE), suportamos custos de operação e manutenção da usina.

#### 12. Empréstimos e Financiamentos

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Financiamento Banco do Nordeste	2.095	94.316		96.411
(-) Financiamento a receber				<u>(24.103)</u>
	<u>2.095</u>	<u>94.316</u>		<u>72.308</u>
Juros s/Financiamento Banco do Nordeste	5.806	47.711	4.524	53.517
(-) Juros a Apropriar	<u>(4.913)</u>	<u>(47.711)</u>	<u>(4.178)</u>	<u>(53.517)</u>
	893		346	
Comissão de Fiança	1.266			
(-) Comissão de fiança a apropriar	<u>(266)</u>	<u>(4.095)</u>		
	1.000	(4.095)		
Total financiamento	<u>3.988</u>	<u>90.221</u>	<u>346</u>	<u>72.308</u>

## Malta Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2018, a Companhia captou junto ao BNB recursos no montante de R\$ 96.411 para financiamento da construção da usina solar fotovoltaica, à taxa de juros de 5,55% a.a. Até 31 de dezembro, a Companhia havia recebido a título de liberação por parte da instituição financeira o total de R\$ 72.308, em 2019 a Companhia recebeu o saldo restante no montante de R\$ 24.103.

O principal da dívida será pago em 216 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2020, com vencimento final em 15 de maio de 2038. Durante o período de carência, fixado em 24 meses, com início em 27 de abril de 2018 e término em 15 de maio de 2020, serão pagos juros em base trimestral. Em 2019 foram pagos R\$ 3.555 a título de juros de carência.

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2019</u>
2021	5.090
2022	5.090
2023	5.090
A partir de 2024	<u>74.951</u>
	<u>90.221</u>

#### Garantias financeiras

A garantia oferecida para pagamento da dívida é representada por um Contrato firmado como “Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças” no qual são bens vinculados em alienação fiduciária de equipamentos em garantia e cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios decorrentes da receita fixa. A garantia contratada é correspondente ao valor total de financiamento contratado junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil.

A Companhia não tem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”), relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, ou a qualquer outro item financeiro como geração de caixa e outros.

#### Reconciliação da dívida líquida:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Empréstimos de curto prazo</b>	3.988	346
Empréstimos de longo prazo	<u>90.221</u>	<u>72.308</u>
<b>Total da dívida</b>	<u>94.209</u>	<u>72.654</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	(12.469)	(14.863)
<b>Caixa restrito</b>	<u>(3.019)</u>	<u>(2.190)</u>
<b>Dívida líquida</b>	<u>78.721</u>	<u>55.601</u>

## Malta Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Empréstimos bancários</u>	<u>Caixa e equivalentes</u>	<u>Caixa restrito</u>	<u>Dívida líquida</u>
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018	72.654	(14.863)	(2.190)	55.601
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				
Liberação de empréstimos e financiamentos	24.103			24.103
Apropriação de juros	4.102			4.102
Pagamento de juros	(3.555)			(3.555)
Comissão de Fiança	(3.095)			
Outras		2.394	(829)	1.565
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019	<u>94.209</u>	<u>(12.469)</u>	<u>(3.019)</u>	<u>78.721</u>

### 13. Passivos de arrendamento

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou as diretrizes do CPC06 (R2) - “Operações de Leasing”, que determina o reconhecimento, a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo por pagamentos futuros de todos os contratos ou operações de arrendamento mercantil com as mesmas características de um arrendamento mercantil e que inclui o direito de controlar e obter benefícios sobre o uso de um ativo identificado específico, a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

Em 1º de dezembro de 2017 a Companhia celebrou contrato de locação reconhecido como operação de arrendamento mercantil cujo prazo é de 30 anos (dezembro de 2017 a dezembro de 2047). O contrato possui cláusula de atualização monetária anual do valor do aluguel, com base no índice de preços ao consumidor amplo (IPCA).

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais dos contratos de arrendamento da Companhia de 3,75% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

	<u>2019</u>
Composição dos arrendamentos a pagar	
Adições contratos de arrendamento a partir de 01/01/2019	2.754
Pagamentos do exercício	(156)
Juros apropriados sobre arrendamentos	102
Total arrendamentos a pagar em 31/12/2019	<u>2.700</u>
Passivo circulante	153
Passivo não circulante	2.547
Resultado de arrendamento de contratos	
Amortização de direito de uso	95
Juros apropriados sobre arrendamentos	156
Total dos efeitos com a aplicação da norma CPC 06	<u>251</u>

## Malta Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2019</u>
2021	142
2022	137
2023	132
A partir de 2024	<u>2.136</u>
	<u>2.547</u>

#### 14. Obrigações tributárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PIS - Programa de integração social a recolher	53	23
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social a recolher	245	105
Pis/Cofins/CSLL retido na fonte a recolher	1	19
CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido retido a recolher	17	1
CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido a recolher	76	17
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica a recolher	110	22
IRRF – Imposto de renda retido na fonte a recolher	32	20
ISS – Imposto sobre serviços a recolher	37	4
INSS - Instituto nacional do seguro social retido a recolher	0	1
	<u>571</u>	<u>212</u>

#### 15. Conta de ressarcimento – CCEE

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Conta de ressarcimento CCEE (i)	<u>549</u>	<u>3.498</u>
Passivo não circulante	<u></u>	<u>(799)</u>
Passivo circulante	<u>549</u>	<u>2.699</u>

- (i) O saldo dessa conta representa o valor acumulado até a presente data, dos ajustes referentes à diferença entre geração de energia entregue, a menor, e recebimento do valor correspondente ao montante de energia do contrato com a CCEE.

#### 16. Patrimônio líquido

##### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito da Companhia é de R\$ 60.010 (sessenta milhões, dez mil reais), sendo R\$ 45.218 totalmente integralizado (quarenta e cinco milhões, duzentos e dezoito mil reais) e R\$ 14.792 (catorze milhões e setecentos e noventa e dois mil reais) a integralizar, divididos em 60.010 (sessenta milhões e dez mil) quotas com valor nominal de R\$ 1 (um real) cada uma.

## Malta Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A composição do capital da Companhia está composta da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2019:

<u>Composição</u>	<u>Participação (%)</u>
Proton Energy Participações S.A.	100,00

Durante o exercício de 2019 não houve aportes de capitais.

#### b) Destinação do lucro

De acordo com o estatuto da Companhia, do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social.

Do saldo, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

	<u>2019</u>
Lucro líquido	10.307
Compensação dos prejuízos acumulados	<u>(4.880)</u>
Base de cálculo da reserva legal	5.427
Constituição de reserva legal (5%)	<u>(271)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>5.156</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u><u>(1.289)</u></u>

#### 17. Receita líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita bruta de vendas	24.214	3.388
(-) Pis s/ vendas	(157)	(23)
(-) Cofins s/ vendas	<u>(726)</u>	<u>(105)</u>
Receita líquida	<u><u>23.331</u></u>	<u><u>3.260</u></u>

## Malta Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 18. Custo de operação

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Compra de energia	516	
Depreciação e amortização	4.441	1.085
Encargos setoriais - TUSD	<u>1.440</u>	<u>396</u>
	<u>6.397</u>	<u>1.481</u>

#### 19. Despesas por natureza

Natureza	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas administrativas (i)	407	4.820
Arrendamento		66
Serviços de terceiros (ii)	652	582
Despesas tributárias	140	96
Despesas com pessoal (iii)	<u>574</u>	<u>43</u>
	<u>1.773</u>	<u>5.607</u>

##### (i) Despesas administrativas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aluguel	51	
Energia elétrica, água	5	4
Manutenção e limpeza	51	4
Despesas com veículos	9	7
Refeições e lanches	1	3
Materiais de escritório	3	23
Conduções e transportes	7	2
Taxas associação de classe	2	2
Depreciações	8	4
Legais e judiciais	9	73
Multas	21	4.058
Comunicação	82	52
Viagens	45	138
Seguros	78	142
Despesas bancárias	6	37
Materiais de Informática	5	16
Despesas diversas	<u>24</u>	<u>255</u>
	<u>407</u>	<u>4.820</u>

## Malta Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

(ii) Serviços de terceiros:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Honorários advocatícios	109	229
Honorários de contabilidade	199	93
Honorários de auditoria	20	
Serviço de recrutamento e seleção	41	
Serviços prestados pessoa física	1	19
Serviços prestados pessoa jurídica	<u>282</u>	<u>241</u>
	<u>652</u>	<u>582</u>

(iii) Despesas com pessoal

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários	490	
13º salário	4	
Férias	5	
INSS	17	
FGTS	5	
Assistência médica	25	
Vale refeição	25	
Outras despesas com pessoal	<u>3</u>	<u>43</u>
	<u>574</u>	<u>43</u>

Valores apropriados conforme rateio de despesas da sócia Proton Energy Participações S.A.

## 20. Resultado Financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Juros ativos		4
Rendimento com aplicação financeira	<u>305</u>	<u>186</u>
	305	190
Despesas com financiamento	(266)	
Juros passivos	(4.105)	(1)
Despesas financeiras com arrendamento	<u>(102)</u>	<u>(1)</u>
	(4.473)	(1)
Resultado financeiro, líquido	<u>(4.168)</u>	<u>189</u>

## Malta Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 21. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está enquadrada no lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social foram calculados aplicando-se a presunção de 8% e 12% respectivamente sobre o faturamento e em seguida aplicado o percentual de 15% e 10% adicional para o IRPJ e de 9% para CSLL.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita bruta de vendas (i)	21.087	1.123
Presunção imposto de renda – 8%	1.687	90
Receitas financeiras (ii)	326	195
Base de cálculo IRPJ	2.013	285
Imposto de renda: 15%	302	42
Adicional do imposto de renda: 10%	<u>177</u>	<u>14</u>
Total de IRPJ (ii)	<u>479</u>	<u>56</u>
Presunção contribuição social – 12%	2.530	135
Receitas financeiras (ii)	326	195
Base de cálculo CSLL	2.856	330
Contribuição social: 9% (iii)	<u>257</u>	<u>30</u>
Imposto de renda e contribuição social (ii) + (iii)	<u>736</u>	<u>86</u>

(i) A apuração do imposto de renda e contribuição social é realizada pelo regime de caixa. Desta forma, o valor da receita bruta apresentada difere do total apresentado na Nota Explicativa 17.

(ii) Para cálculo das receitas financeiras foi utilizada os rendimentos de aplicação financeira apenas sobre os valores resgatados (regime caixa). Desta forma o valor difere da receita financeira apresentada na DRE.

#### Seção D - Políticas contábeis

#### 22. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

# Malta Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 22.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

### 22.2 Ativos financeiros

#### 22.2.1 Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

#### Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida como a seguir:

- . Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

#### 22.2.2 Impairment

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

#### 22.2.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

## **Malta Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019** **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **22.3 Contas a receber**

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Energia de Reserva – CER (Nota 1). Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Energia de Reserva - CER, o valor excedente recebido é registrado como adiantamento de clientes.

#### **22.4 Caixa restrito**

Conta corrente constituída exclusivamente em garantia do BNB, não movimentável até a liquidação dos respectivos contratos.

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações financeiras.

#### **22.5 Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

A Resolução Normativa nº 474 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 7 de fevereiro de 2012, e estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa n. 367, de 2 de junho de 2009.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, através da Resolução nº 474 em vigor desde 7 de fevereiro de 2012.

Alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de autorização e, portanto, ao término de 30 (trinta) anos de exploração do serviço, esses bens ainda terão valor residual não depreciado.

#### **22.6 Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

## **Malta Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

#### **22.7 Provisão para desmobilização**

A administração da Companhia entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstração financeira de 31 de dezembro de 2019, em função do contrato de arrendamento estabelecer que a decisão da desmobilização é por parte da arrendatária. Adicionalmente, a Companhia já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao contratual estabelecido e entende que o valor remanescente estimado dos ativos de operação ser substancial e os custos observados no grupo para encerramento das atividades e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação ser relativamente baixo.

#### **22.8 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### **22.9 Arrendamentos operacionais**

A partir de 1º de janeiro de 2019 a Companhia adotou o CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo.

A Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades estão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso estão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

Tais contratos serão remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais.

## **Malta Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019** **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **22.10 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

#### **22.11 Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando (i) a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

#### **22.12 Conta de Ressarcimento – CCEE**

A Conta de ressarcimento – CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

Refere-se a diferença entre a energia entregue pela Usina e a energia contratada (através do Contrato de Comercialização de Energia – CER). Na data de fechamento anual (mês de agosto), a CCEE apura a quantidade de energia entregue pela Usina no ano e diminui da quantidade contratada com a Usina, através do CER.

Se a diferença for negativa, ou seja, se a Usina naquele ano entregou uma quantidade de energia menor do que o contratado, no ano imediatamente seguinte ela irá devolver para a CCEE a diferença corrigida conforme Contrato através de desconto nas próximas parcelas mensais da Receita Fixa.

#### **22.13 Capital social**

O capital social da Companhia é composto por ações.

#### **22.14 Reconhecimento da receita**

A partir de 10 de janeiro de 2018 a Companhia adotou o CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma trouxe os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Como a Companhia só entrou em operação em 2018, a mesma já iniciou o reconhecimento de receita com base no CPC 47, o que incluiu a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) Determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e (v) Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia reconhece a receita quando o “controle” dos serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente.

## Malta Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### (a) Fornecimento de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

#### 22.15 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está registrada no lucro presumido. Dessa forma, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% sobre a receita bruta auferida com a venda de energia; acrescida dos rendimentos de aplicações financeiras e as receitas e os ganhos de capital, não decorrentes da atividade operacional da pessoa jurídica, mais adicional de 10% sobre a base de cálculo do imposto ajustada que exceder a R\$ 60.000 trimestrais, perfazendo R\$ 240.000 anuais. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% mais os acréscimos previstos na forma da legislação vigente.

#### 23. Seguros (não auditado)

As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2019 foram contratadas pelos montantes a seguir indicados:

<u>Ramos</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
Riscos operacionais	132.967
Lucro cessante	26.022
Responsabilidade civil	10.000

#### 24. Eventos subsequentes

Ao final do exercício de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reportou globalmente casos limitados de contaminação por vírus até então desconhecido. Posteriormente, em janeiro de 2020, o vírus (COVID-19) foi identificado e constatou-se a ocorrência de transmissão entre humanos. Em meados de março de 2020, a OMS declarou alerta de pandemia do novo coronavírus, afetando a rotina da população e da atividade econômica global.

A Companhia entende que o seu balanço patrimonial, o resultado de suas operações e seus fluxos de caixa não serão afetados de forma relevante tendo em vista possuir contratos de concessão de longo prazo, em razão do status de pandemia do novo coronavírus. Entretanto, dado o atual momento, não foi possível mensurar o impacto de forma segura.

\* \* \*